

# Sarney decreta "liberdade vigiada" para mensalidade

ESTADO DE SÃO PAULO, 2 FEV 1988

Educação

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney assinou decreto ontem determinando que o valor das mensalidades escolares será estabelecido a partir de agora pelas próprias instituições educacionais. Os preços, no entanto, deverão ser compatíveis com os custos das escolas, sendo que o percentual relativo à remuneração do capital aplicado, ou seja, o lucro da empresa, será estabelecido pelo Conselho Federal de Educação e os conselhos estaduais.

Caberá também aos conselhos de educação o acompanhamento e fiscalização do valor das mensalidades, o que significa que os preços terão "liberdade vigiada". As associações de pais e mestres e os centros e diretórios acadêmicos poderão apresentar reclamações no prazo de 30 dias, a partir da fixação do valor das mensalidades, ao conselho de educação, que notificará o estabelecimento de ensino, para um prazo de dez dias apresentar suas razões.

De acordo com o decreto, as escolas que não cumprirem o princípio de compatibilização de preços com os custos efetivados, terão os valores cobrados corrigidos pelos conselhos de educação. E no caso de o conselho determinar a redução dos valores das mensalidades, as importâncias cobradas a mais deverão ser devolvidas ou compensadas nas mensalidades seguintes.

Os demonstrativos e comprovações dos custos que serviram de base para as escolas estabelecerem os valores das mensalidades poderão ser requisitados pelos conselhos de educação, em caráter confidencial. Outros documentos, informações e esclarecimentos necessários para a fiscalização do conselho também deverão ser fornecidos pelos estabelecimentos de ensino, quando solicitados, segundo o decreto presidencial.

## AS RAZÕES

O assessor especial do ministro da Fazenda, Cláudio Adilson Gonçalves, um dos responsáveis pela for-

mulação do decreto de liberação dos preços das mensalidades, tentou explicar ontem as razões desta medida. Para ele, é impossível controlar os preços ou estabelecer critérios de reajustes para 35 mil estabelecimentos particulares existentes no País.

O técnico observou que existem realidades econômicas e sociais diferentes em cada uma destas escolas. Além disso, nos últimos dois anos as escolas, em função dos congelamentos, foram levadas a situações de defasagens sérias de preços.

Gonçalves acha que a liberação não provocará explosão dos preços da mensalidades, "porque os pais não permitirão". Para o técnico a liberação abrirá a livre negociação entre pais e escolas.

O técnico também observou que a liberação dos preços das mensalidades levará ao fim de uma série de subterfúgios que as escolas utilizavam para fugir do controle oficial, como a cobrança de taxas de material.